UNIVERSIDADE ANHANGUERA – UNIDERP

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PEDAGOGIA

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:**

Possibilidades de aprendizagens e o processo de inclusão na escola regular

**TABOÃO DA SERRA - SP**

**JUNHO/2015**UNIVERSIDADE ANHANGUERA – UNIDERP

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PEDAGOGIA

Creuza De Souza Lima Silva RA: 3813632811

Edna D. R. Fernandes Ribeiro RA: 1299894317

Elaine Fernandes Barbosa RA: 4315746297

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:**

Possibilidades de aprendizagens e o processo de inclusão na escola regular

Atividade realizada na disciplina do Projeto Integrador, do Curso de Pedagogia da Universidade Anhanguera – UNIDERP, apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Tutora a Distância: Raquel Araújo S. Raysaro e da Tutora Presencial Samanta Fernandes.

**TABOÃO DA SERRA – SP**

**JUNHO/2015**

Creuza De Souza Lima Silva RA: 3813632811

Edna D. R. Fernandes Ribeiro RA: 1299894317

Elaine Fernandes Barbosa RA: 4315746297

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:**

Possibilidades de aprendizagens e o processo de inclusão na escola regular

Trabalho de conclusão de curso Projeto Integrador II apresentado à Universidade Anhanguera – UNIDERP como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado em pedagogia, sob orientação da professora tutora Raquel A. S. Raysaro.

**Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**BANCA EXAMINADORA**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Professor EAD (Professor) Lindolfo A. Martelli

**Anhanguera educacional**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Tutora á distância (Professora) Raquel A. S. Raysaro

**Anhanguera educacional**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Tutora presencial (Professora) Samanta Fernandes

**Anhanguera educacional**

**SUMÁRIO**

Resumo

Introdução .............................................................................................................................. 01

Legislação ............................................................................................................................... 03

Processo histórico do autismo ................................................................................................ 04

Conceito e características do autismo ............................................................................. 05 a 07

O sujeito para além de sua “deficiência” ........................................................................ 07 a 08

Propostas e possibilidades de aprendizagem .................................................................. 08 a 11

Problemática da inclusão................................................................................................. 11 a 12

Considerações finais ............................................................................................................... 12

Referências bibliográficas ............................................................................................... 13 a 14

**RESUMO**

O presente artigo vem abordar questões inerentes a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) em escolas regulares, às possibilidades de aprendizagem e às problemáticas que esse processo envolve.

O autismo é um tema que, atualmente, tornou-se foco da atenção de movimentos nacionais e internacionais, devido às necessidades especiais que as crianças em tal condição demandam. O Brasil tem assumido uma posição importante nos debates educacionais, contudo apesar dos avanços recentes em termos de legislação e diretrizes em favor da inclusão, as experiências nessa direção ainda têm sido pouco disseminadas. Há vários fatores que impedem a concretização da inclusão escolar das crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista), dentre elas a formação dos educadores, a ausência de ferramentas sobre a prática, além de conteúdos/habilidades específicas que deveriam estar inseridos no PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição escolar.

**Palavras chave**: *Autismo, Inclusão Escolar, Possibilidades de aprendizagem, Projeto Político Pedagógico.*

**INTRODUÇÃO**

O intento maior é discutir como tem sido o processo de inclusão em escola regular de crianças com transtorno do espectro autista e como são desenvolvidos as propostas/possibilidades de aprendizagem.

De acordo com a concepção sócio-construtivista, toda a criança é capaz de aprender e o processo de ensino-aprendizagem deve considerar a forma idiossincrática com que cada indivíduo apreende o seu mundo e o conhecimento.

As crianças / indivíduos que apresentam transtorno do espectro autista (TEA) também não fogem a essa “regra”, e sabe-se que elas demonstram uma maneira muito particular de apreender e aprender sobre o funcionamento do universo a qual estão inseridas.

Num sentido histórico, é recente o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas regulares e, demanda ainda assimilação dos envolvidos, no caso a comunidade escolar, que carece de compreensão e conhecimento de como atendê-las, respeitando suas necessidades biopsicossociais e da aprendizagem em si.

Meu nome é Edna, sou mãe de E. D. R., 7 anos e 11 meses, com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista desde os seus 2 anos e sete meses. Sou aluna do curso de Pedagogia-EAD , o qual tomei a decisão de cursar justamente, porque desejava saber mais sobre o processo de inclusão e da educação em relação às crianças autistas.

No início do processo escolar começaram as dificuldades, e digo até sofrimento da família, para que o mesmo fosse inserido em um processo de inclusão, tanto na escola pública quanto na particular. A inclusão caminha a passos largos e infelizmente a escola e os profissionais ainda não estão preparados/capacitados para receber estas crianças, muitas vezes a criança fica “depositada na escola”, ou seja, mais excluída do que nunca.

Desde então venho lutando para que ele possa ter todos os seus direitos preservados. Os pais não querem que a criança fique somente depositada na escola e sim que ela produza que ela progrida, pois acreditamos nas possibilidades de aprendizagem de um indivíduo com deficiência, principalmente se houver uma proposta pedagógica adequada, a adaptação do conteúdo e a aplicação de uma metodologia válida, que funcione para aquela determinada criança.

Diante do exposto decidi falar sobre este tema juntamente com o apoio das colegas, que também abraçaram a causa.

Propõe-se, a partir desse estudo, evidenciar como se dá o processo de ensino-aprendizagem das crianças com transtorno do espectro autista em escolas regulares, tendo em vista suas particularidades de aprendizagem e, as problemáticas que envolvem o processo de inclusão.

Investigar a “competência” da escola regular em atender as necessidades dessas crianças, e se faz-se cumprir o que prevê a lei e a acessibilidade, especificamente desse tipo de estudante, à aprendizagem que lhe é de direito, e se esse atendimento é digno e se acontece num ambiente acolhedor que, possa garantir o desenvolvimento de suas habilidades e/ou potencialidades mediadas por profissionais capacitados e conscientes de seu papel e se dispõem de suporte humano e material para que seu trabalho efetue-se com proficiência.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos será a pesquisa bibliográfica, que consiste na leitura de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses, a fim de colher informações visando responder o problema proposto.

A partir de WILLIANS, C.; WRIGHT, B e KHOURY, será conceituado o Transtorno do Espectro Autista. De acordo com as Leis DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Lei 12764 (Berenice Piana), será explorado os direitos à acessibilidade, educação e saúde da pessoa com TEA (Transtorno do Espectro Autista). A partir dos autores CUNHA, SERRA, D. e FONSECA, B, serão abordadas as possibilidades/propostas de aprendizagem e a problemática da inclusão de crianças com TEA no sistema regular de ensino.

**Legislação**

No Brasil, segundo Mantoan e Pietro (2006) a luta em primeira instância pela integração e posteriormente pela inclusão de pessoas com necessidades especiais teve inicio nas décadas de 60 e 70. Esses movimentos sociais foram ganhando força e corpo, culminando em leis e regulamentações que visam garantir à acessibilidade aos direitos constitucionais e específicos.

No Brasil nas décadas de 1960 e 1970, foram estruturadas propostas de atendimento às pessoas com deficiência. A integração escolar tinha como objetivo “ajudar pessoas com deficiência a obter uma existência tão próxima ao normal possível, disponibilizando padrões e condições de vida cotidiana próxima às normas e padrões da sociedade”. Mantoan e Pietro (2006)

No que se refere às leis específicas às pessoas com necessidades especiais pode-se destacar: a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Berenice Piana (2012), agora com o objetivo de garantir o acesso à educação de ensino regular.

Na Declaração de Salamanca (Espanha), realizada a partir de uma Conferência Mundial de Educação Especial, reconhecendo a necessidade e urgência de educação para crianças, jovem e adulta com necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino, em linhas gerais, diz que:

* Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
* Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
* Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
* Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
* Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.
* Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
* Garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

A Lei Berenice Piana (lei nº 12.764), endossa os direitos acima citados e ainda reforça os direitos especificamente da pessoa autista, garantindo que:

Art. 3º - São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Sendo assim, torna-se evidente a emergência da reforma educacional revendo a estrutura do ensino brasileiro, revisando o currículo nacional de educação para que atenda às demandas da sociedade contemporânea, favorecendo o ajuste de um projeto político pedagógico que atenda às necessidades da clientela vigente.

Muitas já foram as conquistas, mas ainda há muito o que mudar no sistema de ensino no que se refere a qualidade e ao atendimento que corresponda ao que propõe essas resoluções e leis, especialmente no Brasil.

**O processo histórico do Autismo**

Segundo a Equipe Psicologia e Ciência, o termo autismo foi adotado pelo psiquiatra Eugen Bleuler em 1911 para descrever os sintomas da esquizofrenia, a palavra autismo vem do grego, que significa “Autos” que quer dizer “de si mesmo, próprio”, fazendo referência à escassa interação das pessoas com as outras. No começo dos anos 40, Leo Kanner e Hans Asperger, foram pioneiros no estudo do autismo. Eles usavam os termos “autismo” e “autista” (independente de cada um) e assim esta designação nasceu. Kranner e Asperger adotaram este nome para descrever o que estavam pesquisando. Antes dessas pesquisas os autistas eram taxados de retardados mentais, loucos ou pessoas com distúrbios emocionais.

Enquanto Kanner usava este termo para traduzir o autismo clássico, Asperger descrevia indivíduos mais capacitados e inteligentes. Muito depois a Dra. Lorna Wing do Reino Unido adotou o termo Síndrome de Asperger para definir autistas com mais capacidades. Alguns médicos usam o termo clássico Kranner para descrever autistas clássicos.

Depois desta descoberta, pais começaram a ser observados e psicólogos Freudianos adotaram a teoria que crianças com autismo tinham algum problema com os pais principalmente a mãe e por isso não progrediam. O pioneiro a adotar este termo foi Bruno Bettelheim, um húngaro que imigrou para os Estados Unidos no final dos anos 40 e se tornou o diretor da Escola “Sonia Shankman Orthogenic School” em Chicago, o qual evidenciou que a causa do autismo eram “As mães geladeiras”: mães frias, sem sentimentos que levavam os seus filhos a um isolamento mental.

Suas teorias foram aceitas internacionalmente por mais de duas décadas. Bruno Bettelheim cometeu suicídio aos 86 anos de idade acredita-se que pelo fato de ter começado a perder sua credibilidade. Foi descoberto depois que a experiência de Bettelheim foi exagerada ou sem comprovações, e que ele não tinha as qualificações necessárias para dirigir uma escola ou elaborar teorias sobre a causa do autismo. Ele também foi acusado de maus tratos a seus pacientes (pessoas com desabilidade, a maioria autista).

Nos anos 60 profissionais começaram a contestar a opinião de Bettlheim um deles foi Dr.Eric Schopler, mas foi em 1964 que Bernard Rimland, psicólogo e pai de um autista escreveu “Infantile Autism: The Syndrome and Its Implications for a Neural Theory of Behavior”. Neste livro, Rimland argumenta que o autismo é uma desordem biológica e não uma doença emocional. Este livro mudou a maneira de compreender o autismo e teve um grande impacto nos futuros tratamentos para pessoas autistas. Com isso a teoria de Bettleheim perdeu a credibilidade.

**Conceito de Autismo**

O autismo de acordo com WILLIANS, C.; WRIGHT, B (2008) e KHOURY (2014), é considerado um transtorno global do desenvolvimento (TGD) porque é uma alteração que afeta as capacidades de comunicação, de socialização e de comportamento, do indivíduo e se caracteriza por um quadro clínico, feito através da observação do comportamento e de uma entrevista com os pais e responsáveis. Segundo Fonseca (2014) a partir do último Manual de Saúde Mental, DSM-5, que é um guia de classificação diagnóstica todos os distúrbios do autismo, incluindo o transtorno autista, transtorno desintegrativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não especificado (PDD-NOS) e Síndrome de Asperger, fundiram-se em um único diagnóstico chamado **Transtornos do Espectro Autista – TEA**.

O TEA é uma condição geral para um grupo de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro, antes, durante ou logo após o nascimento, podendo ser associado com deficiência intelectual, dificuldades de coordenação motora e atenção e, às vezes, associado a problemas de saúde física, tais como: distúrbios gastrointestinais, do sono e podem apresentar outras condições como déficit de atenção, hiperatividade, dislexia ou dispraxia. Na adolescência podem desenvolver ansiedade, depressão, e um terço dos autistas sofrem crises convulsivas, que se manifestam a partir dos 11 aos 14anos de idade. Pessoas com TEA podem ter dificuldades de aprendizagem em diversos estágios da vida, desde estudar na escola, até aprender atividades da vida diária, como por exemplo, tomar banho ou até mesmo preparar a própria refeição. Alguns poderão levar uma vida relativamente “normal”, enquanto outros poderão precisar de apoio especializado ao longo de todo sua vida. O autismo é uma condição permanente, a criança nasce com autismo e torna-se um adulto com autismo.

**Características**

De acordo com Fonseca (2014), a ASA (Autism Society of American), considera indivíduos com autismo aqueles que usualmente exibem pelo menos metade das características listadas a seguir:

* Dificuldade de relacionamento com outras pessoas;
* Riso inapropriado;
* Pouco ou nenhum conto visual;
* Aparente insensibilidade à dor, não responde adequadamente a uma situação de dor;
* Preferência pela solidão, modos arredios, busca o isolamento e não procura outras crianças;
* Rotação de objeto brinca de forma inadequada ou bizarra com os mais variados objetos; costuma-se lambe-los;
* Inapropriada fixação aos objetos;
* Perceptível hiperatividade ou extrema inatividade, muitos têm problemas de sono ou excesso de passividade;
* Ausência de resposta aos métodos normais de ensino necessitam de material adaptado;
* Insistência em repetição, resistência à mudança de rotina;
* Não tem real medo do perigo (consciência de situações que envolvam perigo);
* Procedimento com poses bizarras (fixar objetos ficando de cócoras, colocar-se de pé em uma perna só, impedir passagem por uma porta, liberando somente após tocá-la de uma determinada maneira);
* Ecolalia (repete palavras ou frases em lugar da linguagem normal);
* Recusa colo ou afagos (bebes preferem ficar no chão do que no colo);
* Age como se estivesse surdo (não responde pelo nome);
* Dificuldade em expressar necessidades sem ou limitada linguagem oral ou corporal (gestos);
* Acesso de raiva demonstra extrema aflição sem razão aparente;
* Irregular habilidade motora, pode não querer chutar uma bola, mas pode arrumas blocos ou enfileirar carrinhos;
* Desorganização sensorial, hipossensibilidade ou hipersensibilidade, por exemplo, auditiva;
* Não faz referência social, entre em um lugar desconhecido sem antes olhar para um adulto (pai/mãe) para fazer referência antes e saber se é seguro;

É relevante lembrar que nem todos os indivíduos com autismo apresentam todos estes sintomas, porém muitos deles estão presentes entre os primeiros anos de vida da criança. Variando de leve a grave em intensidade de sintoma para sintoma, já que o autismo se manifesta de forma única em cada pessoa. As alterações dos sintomas normalmente ocorrem em diferentes situações e são inapropriadas para a idade. Salientando que para se fazer o diagnóstico é necessário o parecer de profissionais capacitados e especialistas em autismo (psiquiatra ou neuropediatra infantil), considerando o grande número de diagnósticos infundados, o que prejudica e muito o prognóstico.

O autismo pode ocorrer isoladamente e ser secundário ou apresentar condições associadas, razão pela qual se torna importante à identificação de comorbidades bioquímicas, genéticas, neurológicas, psiquiátricas, entre outras.

**O “sujeito” para além de suas “deficiências”**

Desde o processo de inclusão, nas escolas regulares, da pessoa com necessidade especial, é notória a preocupação, principalmente de educadores, em saber se a criança/aluno tem laudo e a partir de então ignorarem sua identidade de sujeito, definindo-os com siglas: ele “é” DI, “é” Autista, “é” Down, enfim.

O psicólogo, educador e acompanhante terapêutico Milson Santos (2015), propõe uma reflexão bastante pertinente em relação a esse tema, no sentido de humanizar as relações, principalmente no âmbito escolar. Sua proposta de debate aborda justamente uma mudança de paradigma ou como o autor mesmo o define “Inclusão dos normais, revertendo paradigmas”.

Segundo o autor, a inclusão no âmbito escolar veio e ainda o está impregnada do caráter médico que define o indivíduo a partir de sua limitação e não por suas possibilidades de ser. Ora, acreditando-se ser a escola um meio no qual o “sujeito” deva desenvolver suas potencialidades/habilidades, não estaria andando na contramão dos ideais de educação a partir desse olhar tão limitador?

De acordo com Santos (2015), a inclusão que deve existir é dos ditos “normais” no mundo das pessoas que apresentam necessidades especiais, cabendo à comunidade escolar e, via de regra, ao professor esse olhar humanizado, curioso e de disponibilidade para conhecer o universo do outro. Tentar compreender e descobrir o que ele pode ensinar e aprender, além de encontrar maneiras de se descobrir como isso se faz possível. O autor ressalta que a própria psicanálise entende toda e qualquer pessoa como um “sujeito”, capaz de compreender e apreender o mundo de forma única e/ou idiossincrática.

Portanto, cabe ao educador, como bem diz Freire (1996) “correr riscos, aceitar o novo e rejeitar qualquer forma de discriminação” (pg. 35). O educador deve “pensar certo” tendo como tarefa essencial “exercer como ser humano, a prática de inteligir”, “desafiando o educando (como agente e não paciente de seu pensar) com quem comunica e a quem comunica”, produzindo compreensão.

Freire (1996), diz ainda que cabe ao educador uma reflexão crítica sobre a prática, mas que essa reflexão não seja pautada em manuais ou “guias de professores iluminados”, mas sim a partir da e na relação entre o aprendiz e o formador.

**Propostas e Possibilidades de Aprendizagem**

Ensinar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais ainda é um desafio. Nos últimos quatorze anos, período em que a inclusão se tornou realidade, o que se vê é uma escola que está atendendo esse novo aluno ao mesmo tempo em que aprende a fazer isso.

Segundo Cunha (2011), cabe ressaltar que toda prática pedagógica deverá ser pensada e elaborada pela equipe pedagógica da escola, para que o professor possa atender esse aluno, é extremamente necessário que se elaborem propostas de ensino visando adaptações ao conteúdo, priorizando um ensino individualizado, norteado por um plano que reconheça as necessidades do aluno e que esteja de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP). Lembrando sempre que não há dois aprendentes iguais.

As técnicas a serem utilizadas deverão se basear primeiramente na compreensão do autismo (potencialidades e dificuldades), no grau do autismo (grau de comprometimento intelectual), nas avaliações das competências psicoeducativas, considerando sempre a idade cronológica do aluno, na construção do planejamento individual que comporá os objetos educacionais e clínicos e no caso dos alunos com TEA, a produção de materiais adaptados para atender ao planejamento. Nos currículos também devem ser contempladas as metas da escola para a idade e para o ano escolar da criança, considerando as possibilidades de adaptação do aluno a esse currículo.

Além das providências organizativas, o professor que recebe esse aluno em classe poderá ter que fazer adaptações aos programas voltados ao comportamento em sala de aula e ao ensino de habilidades de convivência social.

É importante cooperar com os pais, usando em sala de aula, os mesmos procedimentos recomendados pelos terapeutas e usados em casa (quando a família é participante do processo de intervenção), diz Fonseca (2014). Também é importante que as atividades, ocorram em um ambiente que, por si só, tenha significado e estabilidade para o aluno com TEA, lembrando, sempre que, como dizia Henri Wallon, “sem afeto, não há aprendizagem”.

A previsibilidade de ações e acontecimentos diminuem em muito a ansiedade do aluno que apresenta comportamentos não adaptativos. Sendo assim é importante que o professor estruture o uso do tempo, do espaço dos materiais e a realização dessas atividades, de forma que se diminua ao máximo o caos que um ambiente complexo pode representar ao aluno com TEA. Sempre que possível reconhecer e elogiar o aluno quando este substitui respostas agressivas por comportamentos desejáveis, não agressivas, é preciso que se forneça ao aluno exemplos de comportamentos não agressivos, que podem ser utilizados em situações que podem levar à agressão, É fundamental que seja identificada a forma mais adequada de comunicação para o aluno, de modo que se permita que ele trabalhe com compreensão, com prazer e com maior autonomia.

As possibilidades de aprendizagem do aluno com TEA são inúmeras, para tanto, cabe ao educador junto à família e a equipe multidisciplinar que atende o aluno com TEA, entender a situação que envolve o aluno, escutar seus desejos, identificar características físicas e psicomotoras, observar a dinâmica do aluno no ambiente escolar, reconhecer o contexto social e considerar as necessidades a serem atendidas.

Muitas pessoas com transtorno do espectro autista são pensadores visuais, não pensam através da linguagem e sim de imagens, portanto é muito comum quando se fala de autismo, falarmos em PEC’s (Sistema de Comunicação por Trocas de Figuras) que é o ensinamento através de figuras, uma das metodologias mais utilizadas para alunos com TEA, é um método que não requer materiais complexos ou caros, foi criado pensando em educadores e na família e é facilmente utilizado em várias situações. Tem sido bem sucedido em diversos graus de comunicação e cognitivos e contribuído para o desenvolvimento da fala. As crianças não verbais tem muita facilidade em associar a fala a figura, é recomendável trabalhar-se com objetos e fotos reais.

As atividades interativas auxiliam as crianças com TEA a interagir e desenvolver habilidades sociais. As metas educacionais de algumas atividades podem ser modificadas de acordo com as necessidades de cada criança. Para trabalhar a socialização, por exemplo, pode-se adaptar a chamada onde o aluno possa inserir as fotos dos colegas de sala e o nome. O mesmo pode ser feito com o nome dos familiares e o parentesco, utilizando-se de vários recursos lúdicos para que a criança possa nomear.

As regras de socialização podem ser trabalhadas com figuras ou pranchas de comunicação para que o aluno consiga trabalhar a regra, observar e entender o que está sendo solicitado. A rotina, por exemplo, é uma característica do aluno com TEA e se caracteriza pela necessidade de adquirir segurança em sua rotina diária, para auxiliar esta necessidade pode-se montar a rotina semanal utilizando-se fichas, cartazes, baseando-se em figuras ou fotos selecionadas de acordo com as necessidades e os interesses individuais do aluno. Quando o aluno estabelecer a associação entre a atividade e o símbolo facilitará a comunicação e a compreensão.

Para se trabalhar conteúdos mais específicos o ideal é um material mais concreto é lúdico que facilitará na aprendizagem, como por exemplo: a relação número/quantidade, pareamento, agrupamento de cores, figuras geométricas e formas, as texturas e sensações e etc.

Muitas crianças com TEA adquirem habilidade para escrita, esta pode ser adquirida pela utilização da modelagem, do recorte, da colagem e por exercícios de dissociação ao nível da mão e dos dedos, que são identificados como exercícios de percepção do próprio corpo. Fonseca (2014), diz que antecipadamente á escrita se faz necessário o trabalho psicomotor que terá por objetivo proporcionar-lhe uma motricidade espontânea, coordenada e rítmica, que será o melhor caminho para evitar problemas com a disgrafia.

Alguns desenvolvem a escrita no computador. Habilidades motoras podem ser um desafio para alunos autistas, e a frustração pode deixar o aprendizado ainda mais difícil. Utilizar computadores pode ser útil ao ensina-los a escrever porque para eles digitar geralmente é mais fácil do que escrever à mão. O ideal é iniciar com mais tempo no computador, pontuando o plano de aula com momentos de escrita à mão para manter o aluno motivado.

De acordo com Cunha (2011), “utilizar tecnologias que despertem o interesse e mantenham o foco de atenção” como, por exemplo: os *tablets* tem se tornado um excelente instrumento de aprendizagem, quanto aos livros estes estimulam a imaginação, enquanto o leitor explora o mundo da linguagem pela descoberta das palavras, o não leitor o explora pela descoberta das imagens.

Os exercícios que trabalhem as funções motoras e sensoriais, atividades físicas, com música e de vida prática são excelentes para a capacidade motora.

É sempre muito importante proporcionar à criança oportunidades para brincar e criar livremente suas brincadeiras e jogos, pois, além de desfrutar da alegria de brincar, isto também contribuíra significativamente para o seu desenvolvimento. Contudo, o objetivo principal é que o aluno com TEA suba degraus em seu desenvolvimento com estímulos corretos, em um ambiente saudável e propício para tal.

**Problemáticas da inclusão**

Ainda que o processo de inclusão tenha tornado-se um direito às pessoas/alunos com necessidades especiais há muito que ser discutido ainda, pois de acordo com Serra (2014) a falta de políticas públicas tem dificultado a organização de práticas pedagógicas que possibilitem o atendimento adequado a essa clientela e a sua permanência na escola regular, especialmente os que apresentam o TEA (Transtorno do Espectro Autista). Ela aponta alguns fatores que dificultam a qualidade desse atendimento e dentre eles destaca: o currículo escolar, a formação dos professores, a segregação de alunos “incluídos” em função das salas superlotadas.

Serra (2014), diz que no que se refere ao currículo escolar há de se fazer adaptações e mesmo a inclusão de atividades diárias, especialmente no caso da pessoa com autismo. É necessário “ampliar as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos “normais” ou especial”.

No que tange à formação do professor, a autora afirma que até pouco tempo somente os professores que demonstravam interesse pela educação especial é que buscavam formação específica, uma incoerência, pois os alunos de inclusão escolar chegam antes da formação desse profissional, muito embora o governo federal, através do MEC, tenha oferecido formação continuada “contrariando as próprias diretrizes”.

Outro fator, consideravelmente importante, é o número de alunos por sala nas escolas regulares (salas superlotadas) que inviabilizam uma prática adequada aos alunos de inclusão e estes acabam ficando à margem, segregados dentro das salas de aula configurando um quadro contraditório de inclusão a partir da exclusão. A autora diz ainda que, garantir a matrícula do aluno e que ele frequente a escola sem haver aprendizagem e respeito com sua individualidade não é inclusão.

A discussão até aqui mostra que, há muitos percalços a serem superados para que a inclusão “ideal” aconteça de forma profícua, há de se refletir muito, discutir e denunciar a falta de recursos materiais e humano. Incluir é transformar a realidade, é promover a democracia e a equidade de direitos.

**Considerações finais**

Não se pode ignorar as conquistas obtidas com os movimentos sociais, especialmente no Brasil e a partir disso a elaboração e sanção de preceitos e leis que garantam o direito do sujeito com necessidades educacionais especiais a frequentarem as escolas regulares. No entanto, por ser um processo dialético requer ainda muita discussão e transformações para que haja proficiência nas práticas de ensino e aprendizagem.

Além disso, cabe à instituição escolar superar o olhar médico que se apropriou ao lidar com alunos com necessidades educacionais especiais, humanizando essas relações, devolvendo ao aluno “especial” o seu lugar de sujeito capaz de aprender e ensinar.

Visitando as discussões teóricas e práticas a que se propôs esse artigo, fica notória as possibilidades sim de aprendizagem de um sujeito com TEA, bem como suas especificidades, entretanto o processo de inclusão na prática não alcança nem de longe os propósitos de uma educação realmente inclusiva, por uma série de fatores complexos que exigem políticas públicas que possibilitem esse processo de fato.

Há de se fazer muitos ajustes, adaptações nos ambientes/espaços escolares, no currículo e na formação de professores para que seja garantida não só o direito ao aluno com NEE (necessidades educacionais especiais) a estar matriculado e frequentando a escola, mas aprendendo de fato, exercendo seu direito de cidadão, sendo respeitado em suas limitações e possibilidades.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**CUNHA**, E. Disponível em: <<http://www.eugeniocunha.com.br/sistema/arquivos/palestras/1f915_autismo%20%20site.pdf>> acesso em 27 de set. 2014.

# CUNHA, E. Autismo e Inclusão – Psicopedagogia e Práticas Educativas na escola e na família, WAK Editora, São Paulo, 2011.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**, Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca. PDT.](http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.%20pdf.)> acesso em: 27 de set. de 2014.

# FONSECA, B. Mediação Escolar e Autismo, WAK Editora, São Paulo, 2014.

# FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: *saberes necessários à prática educativa*, São Paulo - Paz e Terra Editora, 1996.

# INCLUSÃO DOS NORMAIS – Revertendo Paradigmas. Milson Evaristo dos Santos Júnior. Taboão da Serra, 2015. 10’45”. Disponível em:http://www.youtube.com/watch?v=hhMjqMTEpaM . Acesso em: 5 mai. 2015.

**KHOURY**, L.P. et. al. Manejo, comportamental de crianças com transtornos do espectro do autismo em condição em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores. *Memnon Edições Científicas,* São Paulo, 2014.

[LEI Nº 12.764](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.764-2012?OpenDocument) **- (Lei Berenice Piana), Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>**acesso em: 27 de set. de 2014.

# MANUAL DE NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E MONOGRAFIAS. Disponível em: <[www.fio.edu.br/manualtcc/co/7\_Material\_ou\_Metodos.htmal](http://www.fio.edu.br/manualtcc/co/7_Material_ou_Metodos.htmal)> acesso em 18 de abr.2015.

# MARTINELLI, Lindolfo A. Manual para elaboração de artigo. [Online]. Valinhos, 2014 p. 01-10. Disponível em: março de 2014

# <http://www.psicologiaeciencia.com.br/autismo-um-breve-historico/>> acesso em 18 de abr.2015.

**SERRA**, D. <http:// <http://www.aulasecia.com/anexos/158/2928/Sobre%20a%20inclusao%20do%20aluno%20com%20autismo.pdf>> Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular: quando o campo é quem escolhe a teoria. Acesso em: 27 set. 2014.

**WILLIANS**, C.; **WRIGHT**, B. Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger: Estratégias Práticas para Pais e Profissionais. *M. Books*, São Paulo, 2008.